

Os credores JORNAL DA TARDE já nos tratam melhor. É o que afirma Sarney.

O presidente acha que a nova política brasileira para a dívida externa (que inclui um plano de ajuste e privatização da economia) já conseguiu o respeito internacional.

A posição brasileira sobre a dívida externa, contrária à adoção de um tratamento ortodoxo para o combate à inflação, foi reafirmada ontem pelo presidente José Sarney durante um encontro, no Palácio do Planalto, com um grupo de 47 deputados estaduais, vereadores, prefeitos, empresários, artistas e escritores de São Paulo, que foram até Brasília levar seu apoio ao discurso feito por Sarney na ONU, no mês passado.

Naquele discurso, além de afirmar que o País se recusava a adotar a recessão como solução para seus problemas econômicos, Sarney também falou sobre a privatização da economia como uma das metas de seu governo. Ontem, ao agradecer o apoio do grupo paulista, liderado pelo secretário dos Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, Sarney disse: "A visita dos senhores, hoje, aqui, reinvigora a posição do governo. Nós sabemos que neste país uma solução que não seja uma grande solução em São Paulo não pode ser uma grande solução nacional, pela grandeza, pela importância e pela responsabilidade do Estado de São Paulo. O apoio partido de lideranças tão expressivas de São Paulo é expressivo para o governo".

Sarney aproveitou a manifestação de solidariedade dos representantes paulistas para fazer um rápido balanço dos seus sete meses de governo, lembrando que apesar das dificuldades que enfrenta o País, há hoje total liberdade de expressão no campo político. Na área econômica, ele prevê um crescimento de quase 6% este ano, revertendo a tendência recessiva imaginada pelos mais pessimistas. Já foram criados um milhão de empregos; os salários reais cresceram 10%; a inflação, se não teve baixa acentuada, iniciou uma curva declinante; a dívida pública do governo já foi quase totalmente colocada no mercado ao prazo de seis meses, com juros de 14%, quando antes se pagava até 22%.

"Paz social"

"Ao invés de adotarmos a ortodoxia internacional, optamos pelo caminho mais seguro da paz social", afirmou o presidente, acrescentando com relação à dívida externa que o Brasil tem hoje uma posição internacional de respeitabilidade. "O mundo sabe que o Brasil, hoje, não é tutelado por ninguém. E que a nossa posição de independência e de soberania será exercida de acordo

com os interesses do povo brasileiro. Por outro lado, a posição brasileira de firmeza conseguiu já hoje modificar o tratamento internacional e a visão sobre o problema da dívida externa, como sendo não um problema de natureza apenas financeira e simples contabilidade bancária, mas um caso político de profundidade que afeta a vida das nações, sobretudo da América Latina, condenada a um encargo de certo modo insuportável."

O presidente disse, ainda, que, em vez de forçar a inflação a descer violentamente e jogar o País na recessão, no desemprego, adotando as fórmulas da ortodoxia econômica internacional, que só via o Brasil como uma economia voltada a gerar saldos comerciais para pagamento da dívida, escolheu o caminho mais seguro para a paz social. "É o caminho pelo qual sem dúvida o Brasil terá de optar. Um país tem de dignificar o trabalho e criar uma sociedade mais justa, uma sociedade mais humana, uma sociedade de convivência em que todos nós possamos sentir que o progresso começa dentro de cada um de nós."

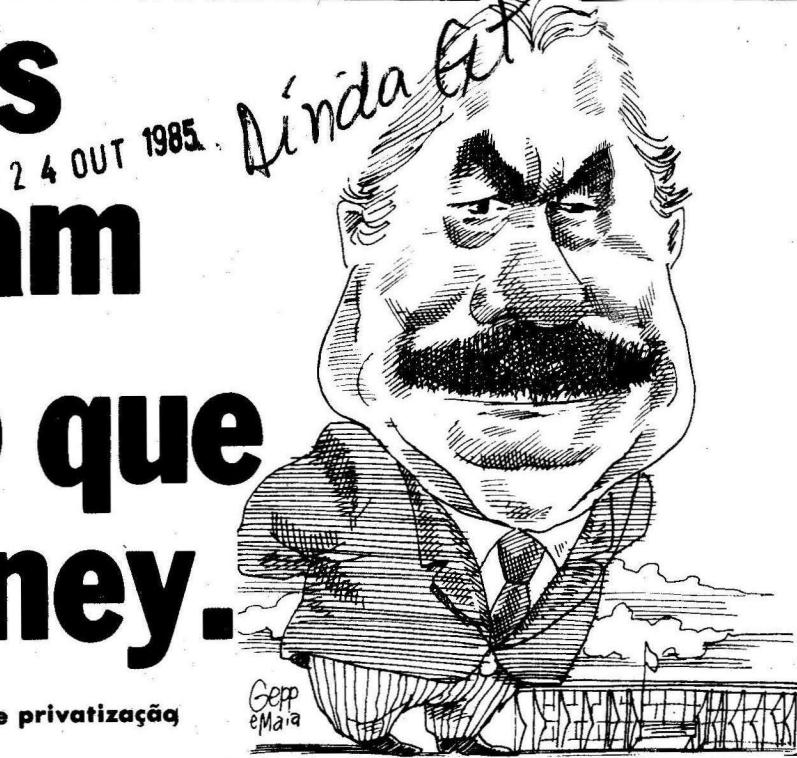
Almino Afonso, por sua vez, reconheceu que a privatização da economia é uma necessidade. "Porém não podemos permitir que ela se converta em pretexto para a desnacionalização de setores estratégicos, nem tampouco (à maneira como ocorreu em governos passados) para retorná-los à prática de favorecimentos, cerceando determinados grupos de privilégios inaceitáveis".

Sugestões

O projeto de privatização das empresas estatais, que o presidente José Sarney pretende implantar já a partir do início do próximo ano, vem recebendo, a cada dia, novas sugestões. Ontem, por exemplo, o presidente da Siderbrás, Amaro Lanari Júnior, defendeu a necessidade de se estabelecer um programa de acentuada redução da participação do governo no capital das cinco usinas subordinadas à holding estatal como forma de melhor fiscalizar a política de preços do governo para o setor siderúrgico, principal fator de seu endividamento nos últimos anos.

Estudos

O ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, leu ontem o editorial "Patrimônio Nacional", publicado na seção "Notas e



Informações" de O Estado de S. Paulo e disse concordar com o essencial do artigo. Mas fez algumas ressalvas, procurando explicar melhor o seu pensamento, afirmando que é preciso distinguir a Petrobrás holding de suas subsidiárias.

Para que a participação de acionistas se concretize no capital das usinas estatais, o presidente da Siderbrás defende como prioritário o saneamento financeiro dessas empresas. No conjunto, suas dívidas com o BNDES, o Banco do Brasil e outras instituições financeiras somam cerca de Cr\$ 50 trilhões, equivalentes a US\$ 5 bilhões. As dívidas externas, com bancos estrangeiros, totalizam aproximadamente US\$ 7,3 bilhões. O plano de saneamento consistiria, em primeiro lugar, na conversão dos créditos do BNDES, Banco do Brasil e outras instituições em participação acionária nas usinas estatais. Essas ações seriam depois colocadas à disposição de investidores individuais pelas instituições oficiais que participassem do plano. O saneamento se completaria mediante ampliação, para cerca de 15 anos, do prazo atual de cinco anos que as usinas do sistema Siderbrás têm para pagar sua dívida externa de US\$ 7,3 bilhões.

Aureliano confirmou a existência de um plano de privatização de algumas destas empresas e disse que ele está dentro do projeto do governo federal.

Por isto, estão sendo realizados levantamentos — não só na Petrobrás mas também junto à Companhia Vale do Rio Doce e demais empresas do sistema MME — dos objetivos de cada subsidiária e suas áreas de atuação, para definir quais aquelas passíveis de transferência para a iniciativa privada, através de um processo bastante limpo e aberto.

"Privatizar a economia nacional é um dos debates mais atuais de nossa sociedade. Louve-se, pois, aqueles que, como o jornal O Estado de S. Paulo se propõem a discutir a questão com a profundidade necessária" — disse, em Brasília, o presidente do PDS, senador Amaral Peixoto.

Para o veterano político fluminense "todos defendem a privatização como imprescindível. Poucos, porém, se detêm no tema e definem as diretrizes para que a privatização deixe de ser retórica e se transforme em realidade".